



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026



Série

Número 38

2.º Suplemento

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 80/2026

Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho abrangidos pelo sistema centralizado de gestão de recursos humanos da Secretaria Regional das Finanças, a afetar ao Mapa de pessoal da Direção Regional do Património.

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

Despacho n.º 115/2026

Nomeia a Técnica Superior, Joana Filipa de Ponte Sousa Pitão Fernandes, licenciada em Direito, pertencente ao mapa de pessoal da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais, no cargo de Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Pescas para prestar assessoria especializada na área jurídica e de recursos humanos ao nível dos setores tutelados por esta Secretaria Regional.

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

Aviso n.º 81/2026

Abertura de procedimento concursal destinado ao preenchimento do cargo de Diretor da Unidade de Apoio ao Idoso do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Anúncio de Procedimento n.º 1/2026

Oferta pública para a seleção da cooperativa que beneficiará da cedência a título definitivo e oneroso das parcelas de terreno com a área global aproximada de 5.580,00m², localizadas no Caminho dos Saltos, freguesia do Imaculado Coração de Maria, município do Funchal.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**Aviso n.º 80/2026****Sumário:**

Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho abrangidos pelo sistema centralizado de gestão de recursos humanos da Secretaria Regional das Finanças, a afetar ao Mapa de pessoal da Direção Regional do Património.

Texto:

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado: Em cumprimento do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adaptada à administração regional autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 10.º da Portaria n.º 407/2023, de 16 de junho, torna-se público que, por despachos de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças de 26/02/2026, que autorizou a abertura do presente procedimento, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia útil seguinte à data da publicação do presente Aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira (JORAM), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos seguintes:

1. Entidade Pública Empregadora: Secretaria Regional das Finanças.
2. Posto de trabalho: Posto de trabalho: O presente procedimento destina-se ao preenchimento de 2 postos de trabalho abrangidos pelo sistema centralizado de gestão de recursos humanos da Secretaria Regional das Finanças, a afetar ao Mapa de pessoal da Direção Regional do Património, com as seguintes características sendo:
 - i) Referência A: 1 (um) posto de trabalho a afetar à Direção Regional do Património (abreviadamente designada por DRPA), destinado a desempenhar funções na Divisão de Expropriações, designadamente as previstas no artigo 5.º do Despacho n.º 827/2025, que aprova a estrutura flexível da DPRA integrada na Direção de Serviços de Expropriações e Regularização Patrimonial;
 - ii) Referência B: 1 (um) posto de trabalho a afetar à DRPA, destinado a desempenhar funções na Divisão de Recursos Humanos, designadamente previstas no artigo 9.º do Despacho n.º 827/2025, que aprova a estrutura flexível da DPRA.
3. Características dos postos de trabalho:
 - a) Carreira/categoria: Técnico Superior
 - b) Atribuição, competência ou atividade: A atividade a exercer é correspondente à categoria de técnico superior, tal como descrita no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e as decorrentes das atribuições da Divisão de Expropriações da Direção de Serviços de Expropriações e Regularização Patrimonial e da Divisão de Recursos Humanos, com as atribuições e competências explanadas nos artigos 5.º e 9.º do Despacho n.º 827/2025, de 5 de dezembro, que aprova a estrutura flexível e estabelece as respetivas competências da Divisão de Expropriações e da Divisão de Recursos Humanos.
 - c) Habilitação e área de formação académica:
 - Referência A: Licenciatura em Direito;
 - Referência B: Licenciatura em Direito, Gestão de Recursos Humanos ou Administração Pública.
 - d) Posição remuneratória: Posição remuneratória: A negociar, nos termos do artigo 38.º da LTFP, e condições previstas na alínea i) do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 2 de julho, tendo por base a 1.ª posição remuneratória, a que corresponde ao nível remuneratório 16 da Tabela Remuneratória Única, da carreira geral de Técnico Superior, nos termos dos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
4. Local de Trabalho: Secretaria Regional das Finanças - Direção Regional do Património, sita Rua Alferes Veiga Pestana, 3D, 9050-079, Funchal.
5. Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adaptada à administração regional autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, nas redações em vigor; Portaria n.º 407/2023, de 16 de junho; Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação.
6. Requisitos de Admissão:

Podem ser candidatos ao presente procedimento concursal, os cidadãos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, que reúnam os requisitos gerais e especiais abaixo identificados.

6.1. Requisitos gerais: Os referidos no artigo 17.º da LTFP:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;

- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- 6.2. Requisitos especiais:
- Referência A: Licenciatura em Direito;
 - Referência B: Licenciatura em Direito, Gestão de Recursos Humanos ou Administração Pública.
- 6.3. O candidato deve reunir os requisitos referidos nos pontos 6.1. e 6.2. até à data limite para apresentação de candidaturas.
- 6.4. Não são admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria em referência e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal da Direção Regional do Património, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.
7. Despacho autorizador dos membros do governo responsáveis pela área das finanças e administração pública: O presente procedimento concursal foi autorizado pelos supracitados despachos de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças de 26/02/2026, ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na sua atual redação, com fundamento na carência de recursos humanos na área de técnico superior, licenciados em Direito e Gestão de Recursos Humanos ou Administração Pública face ao volume e natureza das atribuições cometidas ao serviço; O agravamento superveniente das necessidades, designadamente em virtude da transferência de trabalhadores da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transporte.
8. Formalização de candidaturas: As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, através do formulário de candidatura ao procedimento concursal que se encontra disponível na página eletrónica da Secretaria Regional das Finanças, em <https://www.madeira.gov.pt/srfinancas/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/SRF/Publicacoes/ctl/Read/mid/6039/InformacaoId/51782/UnidadeOrganicaId/27/CatalogoId/0>, na página eletrónica da BEP-RAM, em <https://bep.madeira.gov.pt/Home/OfertasTfp>, e pode ainda ser obtido em papel nas instalações do Departamento Administrativo da Secretaria Regional das Finanças, situada à Avenida Zarco, 9004-527 Funchal, nos períodos compreendidos das 9h30 às 12h00 e das 14h30 às 17h00.
- 8.1. O requerimento é dirigido a Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças e entregue pessoalmente, nas instalações do Departamento do Pessoal do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, com sede à Avenida Zarco, 1.º andar, 9004-527 Funchal, nos períodos compreendidos das 9h30 às 12h00 e das 14h30 às 17h00, ou remetido por correio, registado e com aviso de receção, à Secretaria Regional das Finanças, com sede à Avenida Zarco, 9004-527 Funchal.
- 8.2. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico, por razões que se prendem com a necessidade de preparar um sistema para a sua submissão por meios eletrónicos.
- 8.3. No formulário de candidatura os candidatos devem, obrigatoriamente, indicar a(s) referência(s) a que se candidatam.
9. Documentos a juntar à candidatura: Os formulários de candidatura ao procedimento concursal, devidamente preenchidos, datados e assinados, devem ser acompanhados obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
- a) Fotocópia, simples e legível, do certificado comprovativo das habilitações literárias;
 - b) *Curriculum Vitae*, detalhado, datado e assinado, acompanhado dos documentos comprovativos dos factos nele invocados, nomeadamente dos certificados comprovativos da formação profissional e dos documentos comprovativos da experiência profissional;
 - c) Documentos comprovativos de que reúne os requisitos gerais de admissão constantes das alíneas a), b), c), d) e e) do ponto 6.1. do presente aviso;
 - d) No caso de o candidato ser um trabalhador com vínculo de emprego público, é ainda obrigatória a apresentação de declaração emitida pelo órgão ou serviço onde exerce funções ou pertence, onde conste, de forma inequívoca, a natureza e a modalidade do vínculo, data da sua constituição, cargo ou carreira/categoria de que seja titular e atividade/funções que executa, a menção quantitativa e qualitativa da avaliação de desempenho relativa ao último período de avaliação, sendo o caso, indicação dos motivos da não avaliação, caso o candidato se encontre nesta situação, devendo ainda a declaração mencionar o posicionamento remuneratório em que o trabalhador se encontra posicionado na carreira/categoria de origem.
- 9.1. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos referidos na alínea c) do ponto 9, desde que o candidato declare sob compromisso de honra, no próprio requerimento, em alíneas separadas, que reúne os referidos requisitos.

9.2. A apresentação dos documentos exigidos nas alíneas c) e d), do ponto 9. é dispensada quando o candidato seja trabalhador da Secretaria Regional das Finanças.

9.3. O júri pode exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados, sob pena de, na falta da sua apresentação, não serem valorados.

10. Métodos de seleção:

10.1. Os métodos de seleção a utilizar são:

- a) Prova de Conhecimentos (PC) –Visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. A Prova de Conhecimentos será de natureza teórica, de conteúdo geral e específico, de realização individual, em suporte de papel e em forma escrita, sem consulta da legislação. Na avaliação deste método de seleção é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. A Prova terá a duração de 90 minutos, obedecendo ao seguinte programa:
 - i) (Referência A e B)
 - Constituição da República Portuguesa, Decreto de 10 de abril de 1976, na sua redação atual;
 - Estatuto político-administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, na sua redação atual;
 - Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2026, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2025/M, de 30 de dezembro;
 - Organização e Funcionamento do XVI do Governo Regional da Madeira, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2025/M, de 5 de maio, com a alteração introduzida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2025/M, de 1 de outubro de 2025;
 - Orgânica da Secretaria Regional das Finanças, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2025/M de 1 de setembro, com a alteração introduzida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2025/M, de 21 de novembro;
 - Orgânica da Direção Regional do Património, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2025/M, de 24 de novembro;
 - Estrutura Nuclear da Direção Regional do Património, aprovada pela Portaria n.º 788/2025 de 4 de dezembro;
 - Estrutura Flexível da Direção Regional do Património, aprovada pelo despacho n.º 827/2025, de 9 de dezembro;
 - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, e 73/2017, de 16 de agosto;
 - Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na sua atual redação, adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
 - Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;
 - Princípios e normas a que deve Obedecer a Organização da Administração Direta e Indireta da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, na sua atual redação.
 - ii) Referência A
 - Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 19 de setembro, na sua redação atual.
 - iii) Referência B
 - Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Regional Autónoma da Madeira, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2024/M, de 30 de dezembro;
 - Código do Trabalho - aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), na redação atual;
 - Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, na redação atual.
- b) Entrevista Profissional de Seleção (EPS): Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional, a aquisição de conhecimentos, competências e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre os entrevistadores e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Este método será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

10.2. Os métodos de seleção a utilizar aos candidatos que sejam titulares de carreira e exerçam as funções mencionadas no ponto 2., e não usem a faculdade de opção pela aplicação dos métodos referidos no ponto 10.1. conferida pelo n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, são os seguintes:

- a) Avaliação Curricular (AC): Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida. São considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, designadamente: habilitação académica, formação profissional e experiência profissional, todas relacionadas com o exercício da função a concurso e

avaliação do desempenho para os candidatos que já tenham desempenhado esta função. Este método de seleção será avaliado de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Só serão contabilizados os elementos relativos às habilitações, formações, experiência e avaliação do desempenho que se encontrem devidamente concluídos e comprovados por fotocópia.

- b) Entrevista Profissional de Seleção (EPS): Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional, a aquisição de conhecimentos, competências e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre os entrevistadores e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Este método será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.
11. Ordenação final (OF): A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores e será efetuada através da seguinte fórmula:
- $$OF = PC (55\%) + EPS (45\%) \text{ OU } OF = AC (55\%) + EPS (45\%)$$
- 11.1. Em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 407/2023, de 16 de junho.
- 11.2. Publicitação dos resultados obtidos nos métodos de seleção e da lista unitária de ordenação final dos candidatos: A lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada no Departamento de Pessoal do GSRF e disponibilizada na página eletrónica da Secretaria Regional das Finanças, sendo ainda, a lista unitária de ordenação final, notificada aos candidatos na forma estabelecida no artigo 24.º da Portaria n.º 407/2023, de 16 de junho.
12. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção, bem como a obtenção pelos candidatos de uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, determinará a sua exclusão do procedimento concursal, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte, considerando-se, por conseguinte, excluídos na ordenação final.
13. As falsas declarações são punidas nos termos da lei.
14. Constituição do júri:

Presidente:

- Dr. Rui Nuno de Barros Cortez, Diretor Regional do Património.

Vogais efetivos:

- Dra. Ana Paula de Sousa Brazão, Diretora do Gabinete de Recursos Humanos do Gabinete da Secretaria Regional das Finanças, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Dra. Isabel Maria Vieira Freitas Gomes, Diretora de Serviços de Expropriações e Regularização Patrimonial da Direção Regional do Património.

Vogais suplentes:

- Dra. Iliana Fernandes Ferreira Vieira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direção Regional do Património;
- Dra. Susana Márcia Gonçalves Lucas Correia, Diretora de Serviços de Aprovisionamento e Contratação Pública da Direção Regional do Património.

15. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Secretaria Regional das Finanças, 26 de fevereiro de 2026.

A CHEFE DE GABINETE, Andreia Luísa Martins Gonçalves Jardim

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

Despacho n.º 115/2026

Sumário:

Nomeia a Técnica Superior, Joana Filipa de Ponte Sousa Pitão Fernandes, licenciada em Direito, pertencente ao mapa de pessoal da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais, no cargo de Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Pescas para prestar assessoria especializada na área jurídica e de recursos humanos ao nível dos setores tutelados por esta Secretaria Regional.

Texto:

Na sequência do Decreto do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira n.º 4/2025, de 15 de abril, que, sob proposta de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, procedeu à nomeação dos membros do XVI Governo Regional, torna-se necessário constituir o Gabinete que me irá coadjuvar no exercício das funções de Secretário Regional de Agricultura e Pescas.

Considerando a importância de assegurar apoio jurídico e de recursos humanos ao nível dos setores tutelados por esta Secretaria Regional, diante do volume e complexidade de matérias cometidas à Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, decorrente designadamente da dimensão deste departamento governamental, e que, face a esta relevância, torna-se necessário existir uma assessoria específica nessas matérias, através de um apoio técnico especializado a prestar no meu Gabinete;

Considerando que os membros do gabinete dos secretários regionais têm por função coadjuvá-los no exercício das suas funções;

Considerando que a Dr.ª Joana Filipa de Ponte Sousa Pitão Fernandes, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais, atenta à sua formação e experiência profissional, evidenciada na nota curricular em anexo, possui as competências e aptidões adequadas à prestação de assessoria especializada na área jurídica e de recursos humanos ao nível dos setores tutelados por esta Secretaria Regional;

Considerando que na presente data foi recebido o parecer prévio favorável do Secretário Regional das Finanças, relativo à presente designação, nos termos do n.º 5 do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2025/M, de 30 de dezembro, e ponto 6 da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 100/2020, de 13 de março.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 4 do artigo 4.º, no n.º 2 do artigo 6.º, no n.º 1 do artigo 11.º e nos n.ºs 6 e 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável subsidiariamente à Região Autónoma da Madeira, do n.º 5 do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2025/M, de 30 de dezembro, e da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 100/2020, de 13 de março, determino:

- 1 - Nomear a Técnica Superior, da carreira de Técnico Superior, pertencente ao mapa de pessoal da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais, licenciada em Direito, Dr.ª Joana Filipa de Ponte Sousa Pitão Fernandes, no cargo de Técnica Especialista do meu Gabinete, para prestar assessoria especializada na área jurídica e de recursos humanos ao nível dos setores tutelados por esta Secretaria Regional.
- 2 - A Técnica Especialista ora nomeada tem direito a auferir uma remuneração base mensal ilíquida correspondente a 76,83% do valor padrão fixado para os titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau, e um suplemento remuneratório mensal, pago 12 vezes ao ano, correspondente a 20% da respetiva remuneração base, devido pelo exercício do cargo em regime de disponibilidade permanente e isenção de horário de trabalho.
- 3 - A Técnica Especialista tem ainda direito a auferir os subsídios previstos no n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.
- 4 - Este despacho produz efeitos a partir de 2 de março de 2026, inclusive.
- 5 - A nota curricular da nomeada, que é parte integrante do presente despacho, consta em anexo.

Esta despesa encontra-se assegurada pelo cabimento n.º CY42605190, emitido na Secretaria 48, Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas 01.01.03.A0, 01.01.12.A0; 01.01.13.A0; 01.01.14.SF.A0; 01.01.14.SN.A0 e 01.03.05.A0.B0.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, aos 20 de fevereiro de 2026.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS, Nuno Dinarte de Gouveia Maciel

ANEXO

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Joana Filipa de Ponte Sousa Pitão Fernandes

Data de Nascimento: 14 de março de 1987

Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações Académicas:

Licenciatura:

- 2005 - 2009: Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Pós-Graduação:

- 01/2022 - 05/2022: Pós-graduação em Direito dos Contratos e do Consumo, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra;

- 2010 - 2011: Pós-graduação em Direito Fiscal, pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Formação Complementar:

- 11/12/2025 - 12/12/2025: Formação em “Métodos de Seleção do Procedimento Concursal na Administração Pública”, pela Incurso - Consultoria e Formação Profissional, Lda.;
- 01/09/2025 - 19/09/2025: Formação Especializada em “Remunerações na Administração Pública”, pela Incurso - Consultoria e Formação Profissional, Lda.;
- 27/11/2023 - 30/11/2023: Curso sobre o “Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho (SIADAP-RAM)”, pela DTIM;
- 03/2022: Curso de Formação Avançada em Direito do Consumo “A nova proteção dos direitos dos Consumidores. Comércio eletrónico e compras através da internet”, pela UNIFOJ do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra;
- 01/2022: Curso on-line em Direito do Consumo (análise ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro), pela Ordem dos Advogados - Conselho Regional de Lisboa.

Experiência Profissional:

- 01/02/2024 - 01/03/2026: Chefe do Serviço de Recursos Humanos, na IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (SREI);
- 01/08/2022 - 31/01/2024: Chefe de Divisão de Administração e Gestão de Recursos Humanos, do Gabinete do Secretário Regional do Mar e Pescas (SRMar);
- 03/09/2018 - 31/07/2022: Jurista na Direção de Serviços do Consumidor, da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais (DRAS);
- 01/02/2018 - 02/09/2018: Jurista na Direção de Serviços do Consumidor, da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais (DRAS), em regime de voluntariado;
- 01/02/2017 - 31/01/2018: Jurista na Direção de Serviços do Consumidor, da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais (Estágio Pró-Jovem, pelo IEM, IP-RAM);
- 01/04/2011 - 31/01/2017: Responsável pela área Comercial e Recursos Humanos, na Grand’ Constance Unipessoal, Lda. / Forte de São Tiago;
- 01/04/2010 - 31/03/2011: Consultora Jurídica na Direção Regional de Transportes Terrestres (Estágio Profissional, pelo IEM, IP-RAM).

Informação Adicional:

- 2021 - 2022: Integrou a equipa técnica do OPRAM 2021-2022 (Orçamento Participativo da Região Autónoma da Madeira), em representação da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais (SRIAS).

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM

Aviso n.º 81/2026**Sumário:**

Abertura de procedimento concursal destinado ao preenchimento do cargo de Diretor da Unidade de Apoio ao Idoso do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

Texto:

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência a Secretária Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, de 24 de fevereiro de 2026, se encontra aberto procedimento concursal, pelo prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, destinado ao preenchimento em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, de um cargo de direção intermédia de 2.º grau, do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, nos seguintes termos:

1. Cargo dirigente a prover: Diretor da Unidade de Apoio ao Idoso.
2. Local: Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.
3. Área de atuação/atribuições: As previstas na alínea a) do número 3.º do artigo 15.º, constantes da Portaria n.º 17/2017, de 23 de janeiro, que aprova os estatutos do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.
4. Requisitos legais de provimento: Licenciatura em Serviço Social, e os constantes do n.º 1, do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, a saber:
 - a) Ser trabalhador em funções públicas, contratado ou designado por tempo indeterminado;
 - b) Deter 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seria exigível uma licenciatura.

5. Perfil pretendido:

- Experiência profissional técnica e experiência profissional em cargos de direção/coordenação;
- Compromisso com o serviço público;
- Planeamento, organização e orientação para resultados;
- Liderança e representação institucional;
- Tolerância à pressão e contrariedades;
- Relacionamento interpessoal.

6. Apresentação de candidaturas:

A candidatura ao presente procedimento concursal é efetuada através de requerimento dirigido à Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, apresentada pessoalmente na Secção de Pessoal do ISSM, IP-RAM, Piso -1, sita à Rua Elias Garcia, n.º 14, 9054 – 503 Funchal, nos períodos compreendidos das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, ou remetida pelo correio com aviso de receção, dentro do prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, e deverá, sob pena de exclusão, identificar o presente procedimento concursal e ser instruída com os seguintes documentos:

- a) *Curriculum* profissional atualizado, datado e assinado, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, morada, contatos, número de bilhete de identidade ou cartão do cidadão, habilitações académicas, funções que exerce bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação da entidade promotora, data de frequência e duração (horas);
- b) Fotocópia legível do respetivo certificado de habilitações académicas;
- c) Documento comprovativo dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo 3.º - A, do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão ou serviço onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura;
- d) Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;
- e) Documentos comprovativos da experiência profissional, bem como dos conhecimentos que possam relevar para a apreciação do perfil pretendido.

7. Métodos de seleção: Os métodos de seleção a utilizar serão a Avaliação Curricular e a Entrevista Pública. Os critérios de apreciação e valoração da Avaliação Curricular e da Entrevista Pública, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam da ata do júri do procedimento concursal.

8. Júri do procedimento concursal.

Foi nomeado o seguinte Júri para o presente procedimento concursal:

Presidente:

- Dra. Ana Carolina Silva, Diretora do Departamento de Apoio ao Idoso, cargo de direção intermédia de 1.º grau do ISSM, IP-RAM.

Vogais Efetivos:

- Dr. Fernando Carlos Dias Oliveira Sobreiros, Diretor de Serviços Administrativos, da Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, cargo de direção intermédia de 1.º grau, que substituirá a presidente nas suas ausências.
- Dra. Sílvia Ester Freitas Soares, Diretora do Departamento de Ação Social, cargo de direção intermédia de 1.º grau do ISSM, IP-RAM.

Vogais Suplentes:

- Dr. Ricardo Miguel Martins Fontes, Diretor da Unidade de Apoio Técnico à Gestão de Recursos Humanos, cargo de direção intermédia de 2.º grau, do ISSM, IP-RAM.
- Dra. Susete Faria Pereira, Diretora da Unidade de Orçamento e Contas, cargo de direção intermédia de 2.º grau, do ISSM, IP-RAM.

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, aos 25 de fevereiro de 2026.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

IHM - INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA, EPERAM

Anúncio de Procedimento n.º 1/2026

Sumário:

Oferta pública para a seleção da cooperativa que beneficiará da cedência a título definitivo e oneroso das parcelas de terreno com a área global aproximada de 5.580,00m², localizadas no Caminho dos Saltos, freguesia do Imaculado Coração de Maria, município do Funchal.

Texto:

OFERTA PÚBLICA PARA A SELEÇÃO DA COOPERATIVA QUE BENEFICIARÁ DA CEDÊNCIA A TÍTULO DEFINITIVO E ONEROSO DAS PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA GLOBAL APROXIMADA DE 5.580,00M2, LOCALIZADAS NO CAMINHO DOS SALTOS, FREGUESIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, CONCELHO DO FUNCHAL, INSCRITAS NA MATRIZ CADASTRAL RESPECTIVA SOB OS ARTIGOS 15 E 16 DA SECÇÃO G E PARTE DO ARTIGO 66 DA SECÇÃO E (OP 1/2026)

(Resolução do Conselho do Governo n.º 60/2026, de 20 de fevereiro, publicada no JORAM, Iª Série, n.º 31, de 20 de fevereiro)

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

Conselho de Governo, com sede na Quinta Vigia, Avenida do Infante, N.º 1, 9004-547 Funchal.

2. DESTINATÁRIOS

Só poderão apresentar candidatura à presente oferta pública cooperativas do ramo de habitação e construção, nos termos e condições melhor definidas nas peças do procedimento.

3. OBJETO

3.1. O presente procedimento tem por objeto:

- a) a constituição de um direito de superfície sobre parcelas com a área global estimada de 5.580,00m2, localizadas no Caminho dos Saltos, freguesia do Imaculado Coração de Maria, concelho do Funchal, inscritas na matriz cadastral respectiva sob os artigos 15 e 16 da Secção G e parte do artigo 66 da Secção E, destinado exclusivamente à execução das Obras de Construção; e
- b) a subsequente cedência a título definitivo e oneroso do Terreno identificado na alínea anterior, em regime de propriedade resolúvel, condicionada à conclusão das Obras de Construção, à constituição da propriedade horizontal, à inscrição dos ónus legais e à transmissão de frações habitacionais de contrapartida para a IHM, nos termos e condições constantes das Peças do Procedimento.

3.2. A cedência a título definitivo e oneroso destina-se à construção de um Conjunto Habitacional composto por, pelo menos, 40 fogos de tipologias variáveis (T1, T2 e T3), no contexto e âmbito do Regime de Habitação a Custos Controlados (HCC), em conformidade com o normativo definido na Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, nos termos e condições definidos no Caderno de Encargos, em conformidade com o Projeto de execução que vier a ser aprovado.

4. ENTREGA DE PROPOSTAS

4.1 Sob pena de exclusão, as propostas deverão ser entregues na sede da IHM, EPERAM, à Rua Dr. Pestana Júnior, 6, 9064-506 Funchal, até às 17:00 H do dia 29 de maio de 2026.

4.2 As propostas serão apresentadas em papel, devendo ser instruídas de acordo com os requisitos constantes dos pontos 11 e 12 do Programa de Procedimento.

4.3. As Peças de Procedimento da presente Oferta Pública poderão ser descarregadas gratuitamente na página da Internet da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, sem prejuízo da possibilidade de consulta na sede da IHM, EPERAM, no horário de expediente da entidade.

4.4. As comunicações relativas à presente oferta pública deverão ser efetuadas para o seguinte endereço de correio eletrónico: programacooperativas@ihm.pt

5. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Todos os concorrentes estão obrigados a manter as suas propostas, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data do ato público, considerando-se este prazo automaticamente prorrogado por iguais períodos se, 60 (sessenta) dias antes do seu termo, os concorrentes ou a entidade adjudicante, para a totalidade das propostas admitidas, nada disserem em contrário.

6. LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO

6.1. O ato público realizar-se-á às 10:00 horas do dia útil seguinte ao termo do prazo de entrega das propostas, na sala de reuniões da IHM, EPERAM.

6.2. Se, por motivo justificado, não for possível realizar-se o ato público de abertura das propostas no local, data ou hora a que se refere o número anterior, a Comissão notificará os concorrentes por correio eletrónico do novo local ou da nova data, a qual deverá ter lugar num dos 15 (quinze) dias seguintes ao termo do prazo de entrega das propostas.

7. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

7.1. Cada proposta é pontuada considerando um modelo multifator, composto por três fatores independentes: a Avaliação da Contrapartida (AC), a Adequação do Empreendimento (AE) e a Avaliação do Modelo Cooperativo (AMC), que assumem as escalas de valores e ponderação abaixo descritos.

7.2. A Pontuação Final (PF) será obtida pela soma das pontuações atribuídas aos três critérios de avaliação, conforme a fórmula:

$$PF = AC + AE + AMC$$

A pontuação máxima possível é de 100 pontos, resultante da soma dos seguintes limites: até 70 pontos para o critério Avaliação da Contrapartida (AC), até 20 pontos para o critério Adequação do Empreendimento (AE) e até 10 pontos para o critério Avaliação do Modelo Cooperativo

Onde:

PF - Pontuação Final - 0 a 100 pontos

AC - Avaliação da Contrapartida - 0 a 70 pontos

AE - Adequação do Empreendimento - 0 a 20 pontos

AMC - Avaliação do Modelo Cooperativo - 0 a 10 pontos

8. NORMATIVO APLICÁVEL

À presente oferta pública aplicam-se, a Resolução n.º 60/2026, de 20 de fevereiro, a Resolução n.º 1118/2025, de 15 de dezembro, o art.º 32º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2025/M, de 30 de dezembro, as peças do procedimento, o presente anúncio e subsidiariamente o Código dos Contratos Públicos, o Código do Procedimento Administrativo e o Código Civil.

Funchal, 26 de fevereiro de 2026.

A VOGAL EFETIVA, EM SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO, Carolina Gonçalves

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 3,65 (IVA incluído)